
M4LAW e suas Classes: um olhar sobre as possibilidades de representação da informação

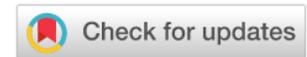
M4LAW and its Classes: a look at the possibilities of information representation

**Kamila de Andrade Moura (1), Rita do Carmo Ferreira Laipelt (2),
Thiago Henrique Bragato Barros (3)**

(1) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, kamoura15@gmail.com

(2) ritacarmo@yahoo.com.br

(3) bragato.barros@ufrgs.br



Resumo

Apresenta um percurso para a construção de um tesouro de tipos documentais num domínio jurídico para aplicação no sistema de gestão inteligente de documentos *M4law*. Revisa a literatura sobre Sistemas de organização do conhecimento, taxonomias e tesouros, visando caracterizar estas ferramentas. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa e aplicada, utilizando a pesquisa documental como procedimento técnico. Reúne princípios para elaboração do tesouro com base no contexto jurídico e tecnológico apresentado, e indica que o *software* tem condições de explorar melhores recursos terminológicos, sugerindo estudos futuros sobre o assunto.

Keywords: Documentação jurídica. Sistemas de organização do conhecimento. Taxonomia. Tesouro. Classificação. *M4law*.

Abstract

It presents a route for building a thesaurus of document types in a legal domain for application in the *M4law* intelligent document management system. It reviews the literature on knowledge organization systems, taxonomies and thesauri, aiming to characterize these tools. The methodology used is of a qualitative and applied nature, using documentary research as a technical procedure. It brings together principles for preparing the thesaurus based on the legal and technological context presented, and indicates that the software can explore better terminological resources, suggesting future studies on the subject.

Keywords: Legal documentation. Knowledge organization systems. Taxonomy. Thesaurus. Classification. *M4law*.

1 Introdução

A informação é, cada vez mais, algo fundamental para o desenvolvimento de qualquer processo, seja ele educativo, cultural, político, corporativo/empresarial, entre outros. Com a internet e seus recursos frequentemente atualizados, organizar e recuperar a informação correta e adequada para cada contexto é algo desafiador (MARCONDES, 2001). Dentro do âmbito empresarial, o desafio é ainda maior, tendo em vista a diversidade e quantidade de informações que são recebidas, processadas e armazenadas diariamente com finalidades diversas de utilização, além das que são produzidas pelo próprio ofício em si.

Nessa perspectiva, cabe às organizações zelar pela organização, representação e recuperação das informações recebidas e produzidas, visando desempenhar seus papéis com eficiência e alta performance na entrega de sua atividade fim. Para Nonaka (2008, p. 39), “[...] as empresas bem-sucedidas são as que criam consistentemente novos conhecimentos, disseminam-no amplamente pela organização e o incorporam rapidamente em novas tecnologias e produtos.”.

No meio jurídico, em que o desempenho das atividades depende impreterivelmente do cumprimento de prazos e da atualização constante de dados, a organização da informação é essencial. Além disso, por ser uma área de especialidade com terminologia própria e tipos documentais específicos, se faz necessária a atuação de profissionais qualificados e especializados oferecendo suporte às atividades (MIRANDA; SANTOS, 2018). Ainda nesse sentido, Marcondes (2001) reconhece o profissional da informação como agente decisivo no que diz respeito à representação da informação, visando a economia da informação e do conhecimento.

Na visão de Nonaka (2008), uma empresa criadora de conhecimento é aquela que torna acessível o conhecimento tácito (pessoal) a todos da organização. A web e suas ferramentas colaboraram de forma a criar recursos facilitadores para a gestão da informação e do conhecimento (TORRES; COSTA, 2018). Como resultado destas demandas, torna-se necessário encontrar uma forma de organizar e representar as informações e o conhecimento produzidos através de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Schiessl e Shintaku (2012), vêem os SOC como fundamentais para os documentos digitais, visto que possibilitam uma ampla gama de opções de organização, respeitando suas características principais.

Embora as tecnologias ofereçam uma variedade de instrumentos para aprimorar os procedimentos de representação documental e recuperação de informações, atuando, assim, como auxiliares, não necessariamente resolvem de maneira eficaz os desafios relacionados às dinâmicas informativas inerentes a cada campo de conhecimento. Cada instituição estabelece um âmbito distinto com suas características próprias, o que influencia a forma como o saber é edificado, ordenado e compartilhado.

Portanto, além das soluções tecnológicas, é imprescindível conduzir pesquisas sob a ótica da Organização do Conhecimento (OC), a fim de compreender como esses cenários podem aplicar as tecnologias de maneira pertinente ao seu contexto. Adicionalmente, percebemos que é imperativo examinar os sistemas empresariais sob essa perspectiva, seja para identificar elementos que desviam dos princípios da área, demandando investigações mais detalhadas, seja para indicar diretrizes e aperfeiçoamentos nesses aplicativos. Em ambos os cenários, isso enriquece as agendas de pesquisa da área como um todo.

Este artigo descreve estudos realizados para a construção de um tesouro de tipos documentais destinado à aplicação no *M4law*, que consiste em um *software* de gestão de documentos no âmbito jurídico. Neste sistema, a disposição dos documentos é representada por uma hierarquia de categorias previamente definida, intitulada classes, que também serve como um dos critérios de pesquisa para encontrar documentos. Entretanto, numa busca por classes os resultados serão limitados ao termo que corresponde à classe, não permitindo uma gestão terminológica que abarque sinônimos e termos relacionados, em direção a uma pesquisa semântica. Dessa forma, acredita-se que a construção e aplicação de um instrumento terminológico nesse sentido poderá qualificar tanto a representação documental quanto a recuperação das informações dentro da plataforma.

A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e aplicada, e como procedimento técnico foi utilizada a pesquisa documental. Quanto aos seus objetivos, configuram-se em exploratórios e descritivos, buscando compreender e descrever o contexto informacional relacionado à aplicação do sistema de gestão de documentos, analisando-o a partir de uma perspectiva terminológica, com o intuito de gerar um produto que pudesse ser integrado ao *software M4law*.

A seção 2 traz uma breve revisão de literatura acerca dos Sistemas de organização do conhecimento, taxonomias e tesouros, temas estes que fundamentam a pesquisa. Na seção 3 é apresentado o contexto da Documentação jurídica e o contexto organizacional do estudo, bem como introduz o *software M4law* e o relato de sua implantação. A seção 4 elenca os princípios reunidos para a construção do tesouro documental jurídico, e na seção 5 são apresentadas as considerações finais.

2 Sistemas de organização do conhecimento e suas configurações

Representar um conjunto de informações contidas em um documento com apenas uma palavra por si só não é uma tarefa simples. Aliando isso à complexidade da operação de um sistema informatizado de organização e recuperação da informação dentro de um domínio especializado, torna-se algo desafiador. Para Dodebei (2014), a produção e disseminação de conhecimento técnico está vinculada à construção de modelos de representação que reflitam as áreas do conhecimento especializadas, produzindo suas memórias documentárias e qualificando o ciclo da informação.

A organização do conhecimento (OC) é uma área de pesquisa, ensino e prática, fundamentada em dois principais aspectos: processos de organização do conhecimento (catalogação, classificação, indexação, análise de assunto); e sistemas de organização do conhecimento (sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros, ontologias, sistemas de metadados, entre outros). Numa perspectiva ampla, dedica-se a compreender e desenvolver serviços de informação e estende-se à sociedade como um todo (HJORLAND, 2008, online). Para Brascher e Café (2008), a OC é um processo de modelagem de domínio, que através da sistematização de conceitos, suas características e relacionamentos, permite a representação do conhecimento através de seus sistemas de organização do conhecimento (SOC).

Os SOC são instrumentos de representação voltados à construção de modelos que refletem as estruturas conceituais de domínios específicos, sua distribuição e relações. Eles facilitam a organização, gestão e recuperação da informação, e influenciam na gestão do conhecimento (HODGE, 2000; HJORLAND, 2008). Souza; Tudhope e Almeida (2012) entendem que não é

possível definir de forma exata e exaustiva o conceito de SOC e seus tipos, mas consideram que eles podem ser divididos de acordo com sua estrutura, graus de relacionamento e diferentes usos; e sugerem uma divisão aproximada entre: a) textos não estruturados (*abstracts*); b) estruturas de conceito, relacionamento e *layout* (mapas conceituais, mapas mentais, modelos de dados); c) listas de termos e conceitos (folksonomias, catálogos de autoridades, glossários, anéis de sinônimos); e d) estruturas de conceitos e relacionamentos (vocabulários controlados, esquemas de classificação, taxonomias, tesouros e ontologias) (SOUZA, TUDHOPE; ALMEIDA, 2012).

Já Moreiro-González (2011, p. 41) classifica os SOC como grupos de linguagens de organização e representação da informação, de acordo com seus níveis de implantação e estruturação, de forma a segmentá-los em:

[...] palavras-chave independentes (folksonomias, sistemas de indexação social); listas de palavras (glossários, listas de nomes, dicionários, índices toponímicos); facetas, esquemas de categorizações e classificações, cabeçalhos de assunto, taxonomias; grupos de relações (tesouros, topic maps, ontologias, redes semânticas).

Para além de uma definição fechada e estanque a respeito dos SOC e seus tipos, é possível observar que a área de organização do conhecimento, juntamente com seus sistemas e processos, não é algo inerte, mas sim um campo em desenvolvimento, expansão e que suscita discussões acerca de seus elementos. Dessa forma, o processo de construção de um SOC consiste na modelagem de domínios do conhecimento, visando sua representação em estruturas conceituais, auxiliando na organização e recuperação da informação e na produção de novos conhecimentos. Dentre os SOC, as taxonomias se configuram como uma das ferramentas que fornece princípios para estruturação de sistemas mais complexos, e serão melhor descritas a seguir.

2.1 Taxonomias: o princípio de uma estrutura classificatória

A classificação, segundo Schiessl e Shintaku (2012, p. 59) “[...] está diretamente relacionada com a organização do conhecimento, como forma de categorizar e organizar determinada área.”. Implica em nomear, rotular, colocar em alguma categoria/posição, e depende do método utilizado e do objetivo a ser alcançado com esta ação. Com relação a seus métodos, Biderman (1998, p. 89) determina:

Os critérios de classificação usados para classificar os objetos são muito diferenciados e variados. Às vezes, o critério é o uso que o homem faz de um dado objeto; às vezes, é um determinado aspecto do objeto que fundamenta a classificação; às vezes, é um determinado aspecto emocional que um objeto pode provocar em quem o vê, e assim por diante.

O conceito de taxonomia remete inicialmente à Biologia, através de Karl Von Linné e seus estudos de classificação de seres vivos, podendo ser vista também como uma prática ou ciência de classificar. Sua estrutura é basicamente hierárquica, constituída de classes e subclasses, e até mesmo superclasses, se necessário. Na Ciência da Informação, ganhou espaço com a evolução das necessidades de formas de representação do conhecimento mais dinâmicas e adaptáveis, elementos característicos dos meios digitais (VITAL, 2010; SCHIESSL; SHINTAKU, 2012; MEDEIROS, 2012).

Hedden (2010, documento não paginado, tradução nossa) define taxonomia da seguinte forma:

Para o gerenciamento de informações atuais, o termo taxonomia é usado tanto no sentido estrito, para significar uma classificação hierárquica ou sistema de categorização, quanto no sentido amplo, em referência a qualquer meio de organizar conceitos de conhecimento. [...] Em um sentido mais amplo, uma taxonomia também pode ser referida como um sistema ou estrutura de organização do conhecimento.

Ainda que as taxonomias apresentem certa maleabilidade no que diz respeito a sua criação, seus elementos estão submetidos diretamente à área ou assunto que se quer representar ou organizar, logo, um contexto ou universo específico. Desta forma, é necessário definir como será sua estrutura e quais os objetivos a serem alcançados com ela. No que diz respeito a portais e sistemas empresariais, Woods (2004, online) define as taxonomias corporativas como “[...] uma forma de representar as informações disponíveis em uma empresa. [...] precisam ser flexíveis e pragmáticas, além de consistentes.”. Entretanto, ainda não há bibliografia expressiva que se aplique diretamente ao uso neste contexto.

Com relação à tipologia das taxonomias, autores como Conway e Sligar (2002), Blackburn (2006, *apud* VITAL, 2010) e Hedden (2010) as dividem em três segmentos:

Quadro 1: Tipos de taxonomia

| Conway; Sligar (2002) | Blackburn (2006, apud VITAL, 2010) | Hedden (2010) |
|--|--|---|
| Descritiva: baseia-se na estrutura de um tesouro, contendo um vocabulário controlado, pressupondo padronização de linguagem. | Por assunto: utiliza organização hierárquica por ordem alfabética e vocabulário controlado. | Suporte de indexação: contém um vocabulário controlado, podendo também servir para a catalogação através de vários usuários, sendo necessário o controle de termos. |
| De navegação: como o nome indica, tem como intenção a descoberta através da navegação, e os termos apresentam relações específicas para o contexto dos usuários. | Por unidade: a organização é vista através de seus departamentos, o que pode gerar certa dificuldade para o caso de documentos compartilhados entre mais de uma unidade. | Suporte de recuperação: consiste numa estrutura livre, de forma a estimular a navegação do próprio usuário, sem a existência de um vocabulário controlado ou de hierarquia. |
| Para gerenciamento de dados: visa o compartilhamento de informações entre grupos específicos de usuários, possuindo uma lista de termos é mais simples e desprovida de relações hierárquicas | Funcional: leva em conta as funções e atividades da empresa. | Organização e suporte à navegação: está ligada à arquitetura da informação de portais e sistemas, com foco na classificação e na experiência do usuário. |

Fonte: elaborada pelos autores com base em Conway e Sligar (2002), Blackburn (2006, *apud* VITAL, 2010) e Hedden (2010).

É possível identificar semelhanças entre as tipologias elencadas pelos autores, como o direcionamento para o controle de vocabulário (taxonomia descritiva, taxonomia por assunto e taxonomia de suporte à indexação); o foco na navegação do usuário (taxonomia de navegação, taxonomia por unidade e taxonomia de suporte de recuperação), bem como o suporte ao tratamento das informações (taxonomia de organização e suporte à navegação e taxonomia de suporte de indexação). Ademais, a possibilidade de criação de taxonomias mistas como alternativas no sentido de representar a informação em formatos mais flexíveis para o usuário são previstas pela literatura da área (WOODS, 2004; VITAL; CAFÉ, 2007; HEDDEN, 2010).

Em suma, as taxonomias são estruturas classificatórias que possibilitam a ordenação de unidades conceituais, mas tem alcance limitado em contextos em que se faz necessária uma representação conceitual dotada de uma variada rede de relações semânticas. Ainda assim, exercem papel importante no desenvolvimento de métodos de classificação e de tesouros (CURRÁS, 2010; MOREIRO-GONZÁLEZ, 2011).

2.2 Tesouros: redes conceituais e suas relações

A representação do conhecimento em domínios específicos pressupõe a necessidade de lidar com a linguagem especializada, de forma a possibilitar que a comunicação, disseminação e recuperação da informação esteja adequada com a linguagem da área. No contexto documental, esta representação se faz presente através das linguagens documentárias, que para Dodebei (2014, p. 40) são “[...] metarrepresentações ou representações documentárias, ao lado de outras formas de representação da informação[...].”.

As linguagens documentárias são instrumentos de representação que visam delimitar domínios do conhecimento sob o ponto de vista de seus documentos, através da elaboração de sistemas que buscam organizar e distribuir as informações, bem como controlar as dispersões terminológicas causadas pelo uso da linguagem natural, atuando como agente mediador entre os sistemas de informação e seus usuários (CINTRA *et al.*, 2002; CERVANTES, 2006; DODEBEI, 2014).

Sua construção se dá através de métodos de redução semântica, tradução e normalização, e perpassam a terminologia em direção à construção de sistemas simbólicos com vistas ao tratamento, organização e recuperação da informação (CURRÁS, 1995; CINTRA *et al.*, 2002; DODEBEI, 2014). Uma vez elaborada, contribui para a padronização e controle terminológico, eliminação de ambiguidades e representação da informação, podendo apresentar diversos graus de complexidade e agindo como instrumentos relacionados à análise documentária. além de fornecer apoio aos SOC (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012; DODEBEI, 2014; MORAES; MOREIRA, 2018).

Dentro das linguagens documentárias, os tesouros merecem destaque pela sua capacidade de viabilizar redes conceituais de termos e suas relações semânticas em uma determinada área de especialidade. Através de sua estrutura, bem como suas relações hierárquicas, de equivalência e associativas é possível construir um sistema linguístico padronizado e com alto grau de coerência (CURRÁS, 1995; MOREIRO-GONZÁLEZ, 2011). Para Currás (2010), podem ser vistos como linguagens terminológicas utilizadas para fins documentários.

Laipelt (2015) considera que apesar um dos pressupostos dos tesouros ser a padronização da linguagem, no sentido de possibilitar o uso tanto pelos indexadores quanto pelos usuários, isso não se verifica na prática, o que acaba por defini-los como uma ferramenta meio e não uma ferramenta fim. De acordo com Carlan (2010), os tesouros são instrumentos desenvolvidos há mais de 60 anos, mas seus princípios permanecem sendo utilizados e revisitados, indicando que mesmo tratando-se de um instrumento consolidado, denota a flexibilidade necessária para enfrentar os desafios e avanços dos sistemas de organização do conhecimento em meio às tecnologias da informação.

De acordo com a norma ISO 25964 - *Information and documentation — Thesauri and interoperability with other vocabularies - Part 1: Thesauri for information retrieval*, publicada em 2011, os tesouros como ferramentas eletrônicas já constituem uma realidade, bem como sua construção por meio de *softwares*. Além disso, demonstra a necessidade de vocabulários flexíveis e elaborados para atender tanto o indexador quanto seu usuário, fomenta a interoperabilidade entre tesouros e outros sistemas, e prevê a aplicação destes em diversos contextos tecnológicos (INTERNATIONAL..., 2011).

Deste modo, enquanto linguagem documentária, o tesouro viabiliza a padronização e o controle terminológico com vistas à organização e recuperação de informações e documentos; e enquanto SOC permite a construção de uma rede de representações conceituais de uma área de especialidade, de forma a mediar o ciclo informacional dentro de um domínio.

3 Contexto jurídico tecnológico

Para melhor elucidar o estudo aqui relatado, faz-se necessário uma breve apresentação da informação jurídica e seu contexto documental, bem como do *software* analisado, melhor descritos a seguir.

3.1 Informação jurídica

O Direito é uma área do conhecimento que tem origem na Antiguidade e desde então se desenvolveu no sentido de regular os atos e a convivência do homem em sociedade. Se divide em

uma dimensão científica, de caráter teórico e interpretativo, e prática, de cunho aplicado e social. Nesse meio, o elemento que perpassa a área como um todo é a informação jurídica, que para Guimarães, Nascimento e Furlaneto Neto (2005, p. 7) é “[...] o conjunto de conteúdos que integram o universo conceitual da Ciência Jurídica (e das instituições afetas a seu fazer) que se expressam por meio das formas documentais exteriorizadoras da atuação jurídica.”. Neste sentido, a informação no âmbito do Direito é o insumo necessário para o indivíduo exercer sua cidadania, garantir seus direitos e cumprir seus deveres; bem como a base para os operadores do direito desempenharem suas atividades em ambas as dimensões. É um dos tipos de informação que mais cresce no país, e tem como principais características a longevidade e sua ampla gama de usuários (MIRANDA; MIRANDA, 2017; MIRANDA; D'AMORE; PINTO, 2013).

A informação jurídica perpassa a esfera pública e privada, e exerce poderes decisório, probatório e estratégico na manutenção da vida em sociedade através de seus documentos. Para Smith (2005), os documentos são vistos como entidades sociais detentoras de poderes deonticos, interferindo diretamente nas interações humanas através da geração, revogação e manutenção de direitos, deveres e obrigações, criando e extinguindo relações, exercendo uma função social (TORRES; ALMEIDA, 2013; 2014; COELHO; ALMEIDA, 2017).

Na Ciência da informação, há um consenso na literatura sobre Documentação jurídica elencando a legislação, a doutrina e a jurisprudência como as principais fontes de informação e produção documental. O documento por si só é um elemento complexo e multifacetado, tendo arcabouço fundamentado nas perspectivas documentária, arquivística e diplomática (NASCIMENTO; GUIMARÃES, 2004), e quando relacionado à área jurídica, sua natureza e conteúdo unem-se à forma e fim a que se destina, gerando uma diversidade de tipologias que não se sustentam na tríade documental clássica de fontes de informação jurídica. Desta forma, estudos de renovação dos conceitos e fontes da Documentação jurídica como área se fazem necessários (GUIMARÃES; NASCIMENTO, 2007; SILVA; ROLIN, 2009; TORRES, 2013; MIRANDA, 2015), não sendo o objetivo deste artigo esgotar este assunto, mas apenas mencionar a problemática.

O documento jurídico, entendido aqui como registro estruturado da informação jurídica, tem seus modos de apresentação e recuperação afetados diretamente pelo avanço tecnológico, que facilita o acesso e disseminação das informações às diversas camadas da sociedade (SANTIAGO, 2012; MIRANDA; MIRANDA, 2017) e por iniciativas que buscam dotar a área jurídica de maior inovação em seus sistemas, informações e linguagem, como a *Legal Tech* (também conhecido como *LawTech*), *Legal Design* e *Visual Law*. Esses movimentos trazem desafios no que diz respeito a sua representação e organização (BARROSO; SOUSA, 2019; ROSADO; DIAS, 2022), dessa forma, tanto as técnicas empregadas quanto as teorias que norteiam o contexto da área vem sofrendo influências que irão impactar diretamente nos processos e produtos da Organização do conhecimento.

3.2 *M4law*

O *M4law* é um sistema fornecido pela *Br-IT Softwares*, uma *LegalTech*, e consiste numa plataforma de gestão inteligente de conteúdo/ documentos jurídicos. Seu *software* base é o *M-Files*, desenvolvido pela *M-Files Corporation*, e se define como uma solução para gerenciamento de informações corporativas com objetivo de aperfeiçoar o gerenciamento de documentos e informações, visando a criação, organização e recuperação eficientes. Tem foco no gerenciamento de conteúdo estruturado para reunir informações de forma mais abrangente (M-FILES CORPORATION, 2022).

A base de sua operação são os metadados, entendidos como informações que representam facetas de um objeto informacional. Através de cada objeto e da descrição de suas propriedades há a possibilidade de criar inúmeros relacionamentos, agrupar informações baseada em contextos, desenvolvendo assim uma estrutura informacional (M-FILES CUSTOMERS, 2022). O *M4law* permite a criação e inserção de objetos (que podem ser documentos ou registros), e a principal forma de diferenciá-los é por meio das classes. Dessa forma, uma “classe” é uma propriedade utilizada para agrupar tipos de documentos ou informações. De modo geral, os usuários operam ativamente na criação e modificação de informações, sendo responsáveis por salvar e classificar documentos, podendo haver limitações de acesso definidas posteriormente por cada organização.

A cada novo registro ou documento criado na base, uma escolha de classe deve ser feita, com base na listagem oferecida pelo mesmo, numa estrutura que pode se dividir em superclasses, classes, subclasses e subtipos, que será o objeto de análise deste artigo.

3.2.1 Contexto organizacional e implantação do M4law

O ambiente jurídico analisado neste artigo tem atuação nas seguintes subáreas do direito: societário, tributário, civil, imobiliário, agrário e administrativo. A gestão do conhecimento se faz presente como um de seus valores organizacionais, o que faz com que a busca por melhorias constantes nos processos de produção, organização e recuperação da informação seja algo frequente na organização.

Uma vez implantado, o *M4law* apresentava uma lista de documentos discriminados por departamentos, como jurídico, administrativo, comercial, contábil, fiscal/tributário e recursos humanos. Dentro destes, sua apresentação era em ordem alfabética de nomes, através de menus suspensos. A seguir, foram selecionadas as listas de 3 departamentos como exemplo das classes oferecidas pelo sistema no início da operação:

Quadro 2 - Lista inicial de classes e seus departamentos (amostra)

| JURÍDICO | ADMINISTRATIVO | COMERCIAL |
|-----------------------------------|--------------------------------|------------------|
| ACORDO EXTRAJUDICIAL | AUTORIZAÇÃO | CONTRATO |
| ATA NOTARIAL | CERTIDÃO | |
| ATO SOCIETÁRIO | CHECK LIST | |
| CERTIDÃO | DECLARAÇÃO | |
| CONTRATO | EXTRATO | |
| DUE DILIGENCE | FORMULÁRIO | |
| ESCRITURA | PLANILHA | |
| LEGISLAÇÃO | PLANILHA DE FATURAMENTO | |
| GUIA DE CUSTAS /EMOLUMENTOS | PROTOCOLO | |
| MATRÍCULA / TRANSCRIÇÃO | OUTRO DOCUMENTO ADMINISTRATIVO | |
| MEMORANDO | | |
| PAGAMENTO DE CUSTAS / EMOLUMENTOS | | |
| PARECER | | |
| PESQUISA | | |
| PROCURAÇÃO / RENÚNCIA / REVOGAÇÃO | | |
| PROTOCOLO / RECIBO | | |
| RELATÓRIO AUDITORIA | | |

| | | |
|---|--|--|
| REGULAMENTO REQUERIMENTO TESTAMENTO TÍTULO DE CRÉDITO ACÓRDÃO ACORDO ALVARÁ / LICENÇA / INSCRIÇÃO ALVARÁ JUDICIAL ANEXOS DE PETIÇÕES / RECURSOS ATA DE AUDIÊNCIA ATA NOTARIAL AUTO DE INFRAÇÃO CARTA DE PREPOSIÇÃO CERTIDÃO CITAÇÃO / INTIMAÇÃO COMUNICAÇÕES – DECISÕES TRIBUNAL ARBITRAL DECISÃO INTERLOCUTÓRIA / LIMINAR | | |
|---|--|--|

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do sistema *M4law* (2021).

A lista de classes iniciais é extensa, fazendo com que o usuário demore mais tempo do que o necessário na busca pela classe do objeto, o que poderia culminar na escolha de opção mais genérica (por facilidade), ou até mesmo na opção errada (por dúvida entre muitas alternativas). Além disso, havia a inexistência de uniformidade entre as listas, que variava de 54 classes dentro do departamento jurídico e apenas 1 no comercial; somada à repetição de termos de forma total (classe *Contrato* presente tanto no departamento Jurídico quanto no Comercial,) ou parcial (*Planilha* e *Planilha de faturamento*, ambas no Administrativo). Outro ponto de atenção foi a apresentação de termos agrupados numa mesma classe e separados por um sinal de “/”, indicando uma classe que abarcaria mais de um documento.

Tendo em vista os aspectos anteriormente citados, foi identificada a necessidade de reavaliação das listas no sentido de reorganizar e uniformizar as opções de acordo com o contexto informacional da instituição. De início, foi usada como base uma lista de tipos documentais sugerida pelos usuários, revisada conforme estatísticas de uso (frequência e tipos de documentos criados) com algumas adições realizadas após análise da relação fornecida pela nova plataforma. No momento desta avaliação apenas a equipe do departamento jurídico estava utilizando o sistema,

não havendo necessidade de divisão de classes por departamentos, portanto o produto desta fase consistiu num rol mais objetivo de classes.

Entretanto, a variação de documentos produzidos e armazenados não se refletia nessa listagem simples, ocasionando a falta de opções para classificar alguns documentos, e a existência de classes muito gerais levou à tendência de classificações na opção mais “fácil” ou genérica, concentrando grande quantidade de arquivos em classes que não exprimiam de forma objetiva do que se tratava cada objeto, impactando diretamente na organização e recuperação dos documentos. Após algumas atualizações de versão do *software*, a estrutura de classes sofreu alterações, tais como a perda da separação de classes por departamentos, tornando-se uma listagem única organizada em ordem alfabética; e a possibilidade de criação de subclasses, no sentido de subdividir categorias.

O sistema permite inúmeras possibilidades de classificação, mostrando-se altamente parametrizável, todavia entende-se que para poder usufruir de seus recursos de forma satisfatória, é necessária uma reflexão acerca das possibilidades de representação documental, também levando em consideração as características do documento jurídico e seu contexto de produção.

4 Princípios para a construção de um tesauro no *M4law*

Conforme já mencionado, a apresentação que o *M4law* oferece consiste numa estrutura hierárquica de classes documentais organizadas em ordem alfabética, com a possibilidade de criação de subclasses e subdivisões, configurando uma estrutura taxonômica. Apesar da boa aceitação deste modelo pelos usuários, ainda foram identificados aspectos relevantes para serem analisados, como a dispersão, extensão e ambiguidade da estrutura de termos. Dessa forma, entende-se que há a necessidade de construção de um sistema de representação mais eficiente. Respeitando as limitações de construção e modificação da plataforma já implantada, juntamente com as necessidades de uso da equipe e os objetivos da organização, analisou-se a expansão da taxonomia inicial para um instrumento que melhor se adeque ao contexto, nesse caso, um tesauro.

Dentro da instituição, há uma divisão de departamentos que produzem documentos: Jurídico e Financeiro/Administrativo. Assim, tanto a natureza da informação produzida quanto a dinâmica de organização das áreas são diferentes, o que faz com que a própria lista de classes e seus parâmetros precise de uma construção pensada em atender essas peculiaridades. Partindo do pressuposto de que o cenário em que este relato está inserido o sistema (*M4law*) está operando de forma contínua, o processo de construção do instrumento está em curso paralelamente ao funcionamento corrente do *software*. Ou seja, não é possível “começar do zero”, uma vez que a organização e os usuários dependem de a plataforma funcionar ininterruptamente. Este fator é positivo, possibilitando avaliações de uso e *feedback* da equipe em tempo real; mas também negativo, pois impossibilita grandes modificações na estrutura, sob pena de afetar significativamente a interface a que os usuários estão acostumados.

Com relação à estrutura de classes principais, sua apresentação deve ser o mais concisa possível, visando a economia de energia do usuário ao evitar a busca por um longo rol de opções para classificar um documento (MARCONDES, 2001; KRUG, 2014). Dessa forma, as classes devem ser específicas o suficiente para definir a categoria documental, e ao mesmo tempo genéricas para “abrigar” a maior quantidade de variações de documentos, uma vez que seus detalhes são especificados nos metadados de cada objeto. Gomes, Motta e Campos (2006, *online*) entendem que a representação documentária em meios digitais se dá de forma arbitrária, uma vez que

[...] os assuntos não permitem, via de regra, organização de classes mutuamente exclusivas, ou seja, a organização de seu conteúdo não obedece a princípios lógicos, mas reflete uma visão momentânea de um assunto ou do órgão ao qual o site pertence. Então, cada diretório se organiza da forma mais conveniente para seus responsáveis.

No que diz respeito à coleta de termos, Vital (2010) e Dodebei (2014) recomendam que seja realizada com base na garantia literária, reunindo exemplos de aplicação e uso com base em referências; e garantia de uso, levando em conta as necessidades dos usuários. Bocatto (2009) também menciona o uso da garantia cultural, levando em consideração o contexto sociocultural dos usuários. Já a norma técnica ANSI/NISO Z39.19-2005 (2005) menciona a garantia organizacional, que consiste nas necessidades e objetivos da instituição. Ainda, Dodebei (2014)

sugere que a análise situacional/ análise de domínio pode ser uma boa alternativa para auxiliar tanto na identificação e tradução de termos quanto na construção da linguagem artificial como um todo, uma vez que desloca o foco do usuário e/ou do documento, para o grupo que compartilha a linguagem especializada.

Como trata-se de uma revisão e expansão da classificação existente e em uso, o processo consistiu em aferir possibilidades de inclusão e aperfeiçoamento dos enunciados das classes, revisando escrita, o uso do plural e singular nos termos, no sentido de padronização. Desta forma, o *corpus* textual foi composto basicamente da própria produção documental da empresa, aliada à consulta aos advogados, que podem ser considerado especialistas no assunto, e os principais usuários do sistema. Foram realizados levantamentos documentais em busca de tipos, metadados, estatísticas de uso, no sentido de formar um relatório de possíveis termos, bem como uma revisão da literatura sobre documentação jurídica, para assim adequar os termos já existentes e identificar candidatos.

Apesar da área jurídica ser um campo de especialidade com vocabulário próprio, este fator não foi o único levado em consideração para a definição dos termos, uma vez que muitas classes vêm de palavras comuns a outras áreas e até mesmo ao senso comum (nota fiscal, boleto), e se mesclam com outros que são específicos do texto jurídico (alvará, carta precatória), o que pode ocasionar ambiguidades (MIRANDA; SANTOS, 2018). Maciel (2001, p. 146) entende que “[...] o Direito contempla as mesmas entidades do mundo leigo, mas acrescenta elementos jurídicos a seu significado original.”. Também menciona a existência das categorias de termos de dupla pertinência, que consistem naqueles que são utilizados tanto na área jurídica quanto pela linguagem comum, e os divide em 3 grupos (MACIEL, 2001):

- a) termos criados para definir conceitos do Direito, mas que foram absorvidos pelo domínio público e são usados na fala corrente: herança, hipoteca, usufruto, entre outros;
- b) termos da linguagem comum que foram absorvidos pelo meio jurídico, e assim adquirem um significado sobreposto ao que tinham anteriormente: desapropriação, despacho, embargo, entre outros;

- c) termos comuns à fala corrente, que são adaptados com sentido específico além do seu original, em razão de suas aplicações na área: pai, mãe, família.

Estas características da linguagem jurídica adicionam maior complexidade na construção de uma linguagem documentária. Sobre a diferenciação entre palavras e termos, Laipelt e Krebs (2021, p. 31) observam que “[...] termos e palavras distinguem-se: (1) por seus usuários; (2) pelas situações em que são utilizados; (3) pela temática que veiculam; e (4) pelo tipo de discurso em que costumam aparecer.”. Gomes (1990, p. 31) ainda complementa que:

No momento em que tomamos um termo o contexto é imprescindível, na medida em que é através dele que determinamos seu único significado. A partir daí, o termo ou descritor guarda independência do contexto, isto é, ao ser usado na indexação ou recuperação da informação ele já carrega consigo o significado relevante para o sistema.

Dessa forma, mesmo as palavras comuns se mantiveram como termos válidos para classes em função da sua relevância para os usuários e para o contexto organizacional. Para Souza (2017, p. 209) “[...] para que se garanta a correspondência entre o termo usado no SOC e seu significado no âmbito do domínio jurídico, é de fundamental importância que os termos sejam definidos usando fontes de informação jurídicas.” Dessa forma, para a definição dos termos buscou-se respaldo na doutrina jurídica, na documentação jurídica e na diplomática. A macroestrutura tem como divisão os departamentos *Jurídico* e *Administrativo/Financeiro*, tendo em vista que a produção documental se divide nesses dois contextos.

A distribuição de classes e subclasses leva em conta a espécie e o tipo documental, considerando assim tanto a estrutura do documento quando o contexto em que este foi gerado (BELLOTTO, 2002). Como trata-se de uma pesquisa em andamento, a estrutura definitiva do tesouro ainda não foi finalizada, mas já é possível ilustrar alguns termos escolhidos para fazerem parte das classes do *M4law*, bem como suas definições, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 – Amostra de termos candidatos a classes e suas definições

| Departamento | Termo/Classe | Subclasse | Definições | |
|---------------------------|---------------------|---|--|--|
| Jurídico | Acordo | | Documento diplomático normativo, pactual, horizontal. Ajuste ou pacto realizados por duas ou mais pessoas, físicas ou jurídicas, em torno de um interesse comum, ou para resolver uma pendência, demanda ou conflito. (BELLOTTO, 2002, p. 47) | |
| | Certidão | | Documento diplomático testemunhal comprobatório. Documento emanado de funcionário de fé pública, mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento, elaborado segundo as normas notariais ou jurídico-administrativas. (BELLOTTO, 2002, p. 57) | |
| | Contrato | | Documento diplomático dispositivo pactual, horizontal. Registro de acordo pelo qual duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas estabelecem entre si algum(uns) direito(s) e/ou obrigação(ções). (BELLOTTO, 2002, p. 61) | |
| | Petição | | | Documento diplomático informativo peticionário, ascendente. Instrumento pelo qual se solicita algo à autoridade pública sem se ter a certeza ou a segurança quanto ao amparo legal do pedido. Difere do requerimento, no qual a reivindicação está baseada em ato legal. (BELLOTTO, 2002, p. 79) |
| | | Agravo | | Recurso cabível contra as decisões interlocutórias proferidas no processo, objetivando que estas sejam modificadas ou reformadas. (GUIMARÃES, 2012, p. 65) |
| | | Contrarrazões | | Alegações, por escrito, que uma das partes apresenta para contestar, refutar, contradizer as razões do exadverso. (GUIMARÃES, 2012, p. 228) |
| | Memoriais | | Sustentação escrita e dirigida a autoridade judiciária ou administrativa. Peça escrita na qual uma das partes, por seu patrono, especifica razões de fato e de direito que amparam, em seu entender, a pretensão que discute em juízo. (GUIMARÃES, 2012, p. 436) | |
| Nota de expediente | | Documento não-diplomático informativo, horizontal. Publicação processual advinda dos diários oficiais que serve como informativo sobre os andamentos e decisões de um processo judicial. (BELLOTTO, 2002; SILVA, 2016). | | |
| Administrativo/financeiro | Nota de honorários | | Documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal. Relação na qual se especificam os honorários advocatícios devidos de pagamento em decorrência da prestação de serviço profissional por parte de um advogado, firmados através de contrato ou fixados na forma da lei (BELLOTTO, 2002; SILVA, 2016). | |
| | Prestação de contas | | Documento não-diplomático testemunhal de assentamento. Conjunto padronizado de documentos que comprovam o gasto de numerário exatamente de acordo com a finalidade inicialmente proposta. (BELLOTTO, 2002, p. 80) | |

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Bellotto (2002); Guimarães (2012) e Silva (2016).

Por fim, com a observação e avaliações de uso e desempenho da classificação atual aplicada ao *M4law*, verificou-se que ainda há espaços para classificações incorretas, fruto das ambiguidades e ausência de uma padronização mais aprimorada nos termos que constituem as classes e suas relações, além de variações que não estão abarcadas por esta taxonomia, que necessitam ser mais bem documentadas e administradas. Há necessidade de um maior controle do vocabulário para eliminar ambiguidades e generalizações, bem como o estabelecimento das relações entre os termos que configuram as classes, pois seria possível explorar melhor os recursos da plataforma neste sentido, otimizando a recuperação das informações. Para Laipelt (2015, p. 31):

A subutilização de *softwares* que permitem a elaboração de redes de remissivas reforça a necessidade de maior domínio e compreensão de um conjunto de princípios teóricos que podem contribuir para o aperfeiçoamento dos sistemas de recuperação da informação, tais como as técnicas de elaboração de tesouros e o estudo do fenômeno da variação no âmbito da Terminologia [...].

Neste sentido, acredita-se que o tesouro de tipos documentais em construção irá contribuir tanto nas problemáticas de organização da informação acima expostas, quanto na melhor utilização das capacidades do *M4law* para classificar e recuperar documentos e objetos dentro do *software*.

5 Considerações finais

A organização da informação é essencial para o bom funcionamento da gestão documental e, conseqüentemente, para a gestão do conhecimento dentro dos ambientes corporativos. Assim, torna-se imprescindível fazer uso de sistemas de organização e representação que sejam moldados e adaptados às necessidades da empresa e dos usuários, no sentido de tornar eficaz a produção e compartilhamento de informações entre a equipe. Para tal, é importante avaliar qual a melhor opção para atender a estas necessidades.

Este artigo relatou os princípios para construção de um tesouro documental no domínio jurídico para aplicação no *software M4law*, revisando o que foi realizado até então com as atualizações da lista de classes, e aprofundando as teorias e métodos relevantes para o desenvolvimento e a evolução do projeto, não se limitando aos aqui expressos, visto que se trata

de um processo em execução. Houveram modificações desde o início do uso, e atualmente a estrutura em vigor se mostra mais desenvolvida e eficaz, mas ainda carece de amadurecimento.

É notável que a plataforma apresenta capacidade para explorar melhor outros tipos de relações entre termos, o que poderá vir a modificar e qualificar esta estrutura, inclusive com recursos de inteligência artificial. As considerações atuais fomentam mais pesquisas acerca dos tesouros e seus desdobramentos, mas estas questões serão abordadas em estudos futuros.

Referências

- ANSI/NISO Z39.19-2005: Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO, 2005, <http://www.niso.org/publications/ansiniso-z3919-2005-r2010>. Acessado 27 dez. 2021.
- Barroso, Pedro Augusto de Lima; Sousa, Marckson Roberto Ferreira de. O impacto das lawtechs no acesso e uso da informação jurídica. *Pesquisa brasileira em ciência da informação e biblioteconomia*, v. 14, n. 2, p. 110-118, 2019, <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114658>. Acessado 05 fev. 2023.
- Bellotto, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002.
- Biderman, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. *Filologia e língua portuguesa*, São Paulo, Humanitas Publicações/FFLCH/USP, n. 2, p. 81-118, 1998, https://dlcv.fflch.usp.br/files/Biderman1998_0.pdf. Acessado 15 dez. 2021.
- Blackburn, B. Taxonomy design types. *AIIM E-doc Magazine*, Maryland, USA. v.20, n.3, p.14-16, maio/jun. 2006
- Bocatto, Vera Regina Casari. A Linguagem documentária vista pelo conteúdo, forma e uso na perspectiva de catalogadores e usuários. In: Fujita, Mariângela Spotti Lopes *et al.* *A indexação de livros: A percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/109109>. Acessado 12 dez. 2021.
- Brascher, Marisa.; Café, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? Anais do 9º Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação: São Paulo, Ancib, 2008, <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/176535>. Acessado 15 set. 2022.

- Carlan, Eliana. *Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação*, 2010, <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7465>. Universidade de Brasília, Dissertação de mestrado. Acessado 02 fev. 2022.
- Cervantes, Brígida Maria Nogueira. *Terminologia do processo de inteligência competitiva*. Londrina: Eduel, 2006.
- Cintra, Anna Maria Marques; Tálamo, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; Lara, Marilda Lopes Ginez de; Kobashi, Nair Yumiko. *Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.
- Coelho, Kátia Cardoso; Almeida, Maurício Barcellos de. Atos dos documentos e sua natureza teórico-filosófica. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*. V. 11, n. 3, 2017, <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14689>. Acessado 11 jan. 2023.
- Conway, Susan; Sligar, Char. Building taxonomies. In.: Conway, Susan; Sligar, Char. *Unlocking knowledge assets*. Redmont: Microsoft Press, 2002.
- Currás, Emilia. *Tesauros: linguagens terminológicas*. Brasília: IBICT, 1995.
- Currás, Emília. *Ontologias, taxonomia e tesauros em teoria de sistemas e sistemática*. Brasília: Thesaurus Editora, 2010.
- Dodebei, Vera Lúcia Doyle. *Tesauro: linguagem de representação da memória documentária*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2014.
- Gomes, Hagar Espanha. *Manual de elaboração de tesauros monolíngues*. Brasília: Programa nacional de bibliotecas das instituições de ensino superior, 1990, http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=27626. Acessado 30 dez. 2021.
- Gomes, Hagar Espanha; Motta, Dilza Fonseca da; Campos, Maria Luiza de Almeida. *Revisitando Ranganathan: A classificação na rede*. 2006, <http://www.conexao.org/bitstream/123456789/123456789>. Acessado 30 dez. 2021.
- Guimarães, José Augusto Chaves; Nascimento, Lúcia Maria Barbosa do. A organização da informação jurídico-digital e os avanços teóricos da diplomática: uma reflexão acerca da eficácia probatória. *Informação e informação*, v. 12, n. 2, jul./dez. 2007, <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33959>. Acessado 20 jan. 2023.
- Guimarães, Deocleciano Torrieri (org). *Dicionário técnico jurídico*. São Paulo: Rideel, 2012.

- Guimarães, José Augusto Chaves; Nascimento, Lúcia Maria Barbosa do; Furlaneto Neto, Mário. *Aspectos jurídicos e diplomáticos dos documentos eletrônicos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.
- Hedden, Heather. *The accidental taxonomist*. New Jersey: Information today, inc., 2010.
- Hjorland, Birger. What is knowledge organization (KO)? *Knowledge Organization*, v. 35, n. 2/3, 2008, https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko35200823c.pdf. Acessado 05 fev. 2023.
- Hodge, Gail. *Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: beyond traditional authority files*. Washington, DC: The Digital Library Federation - Council on Library and Information Resources. 2000.
- International Organization for Standardization (ISO). ISO 25.964. Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies: Part 1, 2011.
- Krug, Steve. *Não me faça pensar: uma abordagem de bom senso à usabilidade na web e mobile*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.
- Lailpelt, Rita do Carmo Ferreira. *Metodologia para seleção de termos equivalentes e descritores de tesouros: um estudo no âmbito do Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário*, 2015, <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4853>. UNISINOS, Tese de doutorado. Acessado 02 jan. 2022.
- Laipelt, Rita do Carmo Ferreira; Krebs, Luciana Monteiro. *Termos sob a superfície: elementos teóricos, metodológicos e terminológicos para a representação do conhecimento*. Rio de Janeiro: Interciência, 2021.
- Maciel, Anna Maria Becker. *Para reconhecimento da especificidade do termo jurídico*, 2001, <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1649>. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de doutorado. Acessado 02 jan. 2022.
- M-Files Corporation. *Meet M-Files: Who we are. What we do. Why we love it*. 2022a, <https://www.m-files.com/about/>. Acessado 01 fev. 2022.
- M-Files Corporation. *M-Files Customers*. 2022.
- Marcondes, Carlos Henrique. Representação e economia da informação. *Ciência da Informação*, v. 30, n. 1, 2001, <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/939>. Acessado 03 jan. 2022.
- Medeiros, Jackson da Silva. *Tesouros conceituais e ontologias de fundamentação: abordagem comparativa entre modelos conceituais*. Porto Alegre: Ed. Ixtlan, 2012.

- Miranda, Roseli Gonçalves de. *Documentação jurídica: dos pressupostos de Otlet à organização da informação*, 2015, <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27092016-153448/pt-br.php>. Universidade de São Paulo, Dissertação de mestrado. Acessado 29 jan. 2022.
- Miranda, Ana Cláudia Carvalho de; D'Amore, Ticiano Maciel; Pinto, Virgínia Bentes Pinto. Gestão documental da informação jurídica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 3, p. 96-110, jul./set. 2013, <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35539>. Acessado 20 jan. 2023.
- Miranda, Ana Cláudia Carvalho de; Miranda, Erlano Silva de. Fontes de informação jurídica. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 22, n. 50, p. 76-90, set./dez. 2017, <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p76>. Acessado 13 jan. 2023.
- Miranda, Roseli.; Santos, Cibele Araújo Camargo Marques dos. Documentação jurídica: interfaces da leitura documentária, linguagem e análise de discurso no tratamento da informação. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p. 299–316, 2018, <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650313>. Acessado 3 jan. 2023.
- Moraes, Isabela Santana de; Moreira, Walter. Os conceitos de organização do conhecimento e linguagens documentárias: análise de domínio. Anais do 19º Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação: Londrina, UEL, 2018, <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103667>. Acessado 15 abr. 2023.
- Moreiro González, José Antônio. *Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web: elementos conceituais*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- Nascimento, Lúcia Maria Barbosa do; Guimarães, José Augusto Chaves. Documento jurídico-digital: a ótica da diplomática. In: Passos, Edilenice (org.). *Informação jurídica: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2004.
- Nonaka, Ikujiro. A empresa criadora de conhecimento. In: Takeuchi, Hirotaka; Nonaka, Ikujiro. *Gestão do conhecimento*. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- Rosado, Keila Mara L.; Dias, Célia da Consolação. Inovação da informação e linguagem jurídicas e sua aplicação na representação da informação jurídica. Anais do 22º Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação: Porto Alegre, UFRGS, 2022, <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/201830>. Acessado 10 dez. 2022.
- Santiago, Antonio Edilberto Costa. *Competência informacional jurídica e as habilidades em pesquisa*, 2012, <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7831>. Universidade Federal da Bahia, Dissertação de mestrado. Acessado 2 out. 2022.
-
- MOURA, Kamila de Andrade; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; BARROS, Thiago Henrique Bragato. *M4LAW e suas Classes: um olhar sobre as possibilidades de representação da informação*. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, vol. 17, publicação contínua, 2023, e023048. DOI: 10.36311/1981-1640.2023.v17.e023048.

- Schiessl, Marcelo; Shintaku, Milton. Sistemas de organização do conhecimento. *In: Alvares, Lilian. Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações.* São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 49-118.
- Silva, Andréia Gonçalves; Rolim, Maria Lúcia de Borba. Organização das fontes de informação jurídica na perspectiva do gidj/sp. *CRB8 Digital*, v. 2, n. 2, 2009, <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9431>. Acessado 21 out. 2022.
- Silva, De Plácido e. Atualizadores Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes. *Vocabulário Jurídico*. 32.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- Smith, Barry. Document acts. [S.l.],[2005], http://ontology.buffalo.edu/document_ontology/document_acts.doc. Acessado 05 jan. 2023.
- Souza, Simone Torres de. *Modelagem de domínios em sistemas de organização do conhecimento (SOC): uma investigação em tesouros e ontologias para a informação legislativa*, 2017, https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_6d041b0ddbc3894a1cc1fd2cc9f6ab36. Universidade Federal de Minas Gerais, Tese de doutorado. Acessado 5 set. 2022.
- Souza, Renato Rocha; Tudhope, Douglas; Almeida, Maurício Barcellos. Towards a taxonomy of KOS: dimensions for classifying knowledge organization systems. *Knowledge Organization*, v. 39, n. 3, p. 179-192, 2012.
- Torres, Simone; Almeida, Maurício Barcellos de. Documentação jurídica: reflexões sobre a função social do documento legislativo. Anais do 2º Congresso Brasileiro em Representação e Organização do Conhecimento: Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2013, <https://mba.eci.ufmg.br/downloads/Trabalho%20Isko-Brasil%202013%20web.pdf>. Acessado 20 nov. 2022.
- Torres, Simone; Almeida, Maurício Barcellos de. Reflexões sobre a função social do documento aplicadas à documentação jurídica. *DataGramaZero*, v. 15, n. 2, abr. 2014, <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/8259>. Acessado 13 dez. 2022.
- Torres, Simone. *A caracterização do documento jurídico para a organização da informação*, 2013, <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECIC-9CAHBP>. Universidade Federal de Minas Gerais, Dissertação de mestrado. Acessado 30 dez. 2022.
- Torres, Anderson Barros; Costa, Sely Maria de Souza. Portais corporativos como ferramentas de comunicação e gestão do conhecimento. *In: Costa, Sely Maria de Souza; Leite, Fernando César Lima; Tavares, Rosemeire Barbosa. Comunicação da informação, gestão da informação e gestão do conhecimento.* Brasília: Ibict, 2018.

Vital, Luciane Paula. *Taxonomia como ferramenta para a representação do conhecimento em portais corporativos*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010, <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/477>. Acessado 20 nov. 2021.

Vital, Luciane Paula; Café, Ligia Maria Arruda. Práticas de elaboração de taxonomias: análise e recomendações. Anais do 8º Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação: Salvador, UFBA, 2007, <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--141.pdf>. Acessado 12 dez. 2021.

Woods, Eric. The corporate taxonomy: creating a new order. *KMWorld*, USA: jul. 2004. Disponível em: <https://www.kmworld.com/Articles/Editorial/Features/The-corporate-taxonomy-creating-a-new-order-9566.aspx>. Acesso em: 28 dez. 2021.

Copyright: © 2023 MOURA, Kamila de Andrade; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; BARROS, Thiago Henrique Bragato. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Received: 14/06/2023

Accepted: 29/10/2023